

Lais Viera Trevisan

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
laisvtrevisan@gmail.com

Alison Geovani Schwingel Franck

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
alischfranck@hotmail.com

Francine Vanessa Ziani

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
francinevanessa@hotmail.com

Johannes Schwerter

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
johannesschwerter@hotmail.com

Daniel Arruda Coronel

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
daniel.coronel@uol.com.br

ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL DO PETRÓLEO BRASILEIRO (1999-2017)

RESUMO

O petróleo e seus derivados vêm apresentando alta participação na balança comercial do Brasil. O objetivo deste estudo é analisar o grau de competitividade das exportações brasileiras de petróleo em relação aos Estados Unidos e à China, principais importadores de petróleo brasileiro, no período de 1999 a 2017. Para tal, foram utilizados os seguintes indicadores de comércio internacional: Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), Índice de Orientação Regional (IOR) e Taxa de Cobertura (TC). Os resultados mostraram que apenas a partir de 2010 o Brasil começou a apresentar vantagem comparativa na exportação de petróleo. Acerca do IOR, a China e os Estados Unidos se apresentaram como os principais mercados importadores de petróleo do Brasil, sendo que, nos últimos anos, o primeiro país vem se destacando em relação ao segundo. A TC indicou uma cobertura das exportações de petróleo brasileiro em relação ao volume importado durante praticamente todo o período de análise.

Palavras-chave: Comércio internacional. Competitividade. Petróleo.

ANALYSIS OF INTERNATIONAL COMPETITIVENESS OF BRAZILIAN PETROLEUM (1999-2017)

ABSTRACT

The petroleum and its derivatives have presented high participation in the commercial trade of Brazil. The objective of this study is to analyze the competitiveness degree of Brazilian exports of petroleum in relation to the United States and China, the main importers of Brazilian petroleum, in the period from 1999 to 2017. For this, the following indicators of international trade were used: Revealed Comparative Advantage Index (IVCR), Regional Orientation Index (IOR) and Coverage Rate (TC). The results showed that, only from 2010, Brazil has begun to present comparative advantage in petroleum export. About the IOR, China and the United States presented themselves as the main importer trades of Brazilian Petroleum, and in the last years, the first country has been highlighting itself in relation to the second one. The TC indicated coverage of Brazilian petroleum exports in relation to the volume imported during practically the whole period under analysis.

Keywords: International Trade. Competitiveness. Petroleum.

1. INTRODUÇÃO

Para Krugman e Obstfeld (2005), os países participam do comércio internacional por dois motivos básicos: primeiro, porque são diferentes uns dos outros e, por isso, podem se beneficiar de suas diferenças produzindo aquilo que fazem melhor em relação aos demais; segundo, devido ao ganho de economias de escala na produção, ou seja, se cada país produz somente uma gama limitada de bens, pode produzir cada um desses bens em uma escala maior e, portanto, mais eficientemente do que se tentasse produzir tudo.

Considerando as *commodities* comercializadas mundialmente, o petróleo e seus derivados são os principais produtos negociados nas bolsas de mercadorias e valores de todo o mundo e possuem um alto valor comercial e estratégico. A intensificação do uso dos combustíveis fósseis, no fim do século XIX e ao longo de todo século XX, resultou na dependência do petróleo como insumo para diversas atividades industriais, como a produção de energia e, principalmente, como combustível utilizado em diversos meios de transporte (MAXIR, 2016).

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2018), no acumulado de janeiro a setembro de 2018 (três primeiros trimestres do ano), o Brasil exportou aproximadamente US\$ 18 bilhões de óleos brutos de petróleo, tendo como principal destino a China (correspondendo a mais de 50% do total acumulado). Em 2017, o total acumulado de exportações de óleos brutos de petróleo em relação aos 4 trimestres do ano foi de aproximados US\$ 16,6 bilhões, tendo

como os três principais destinos a China, os Estados Unidos e o Chile, respectivamente.

Desde a primeira década dos anos 2000, a descoberta do petróleo nas reservas do pré-sal e o aumento dos preços internacionais da *commodities* puderam proporcionar vantagens comparativas para o país (MARTINS; VERÍSSIMO, 2013), entretanto, há que se ressaltar que diversas *commodities* sentiram os efeitos da crise do final da década passada, e, dentre elas, observa-se que os preços do petróleo tiveram altas, em geral, maiores do que a média das *commodities* desde 2000, mas foram os preços que mais sofreram o impacto da passagem de 2008 para 2009, durante o período da crise (FLIGENSPAN et al., 2015).

Nesse contexto, convém verificar, por meio de indicadores, o comportamento do comércio internacional brasileiro desta *commoditie* na década passada e na atual, passando por períodos pré e pós-crise. Assim, o objetivo deste estudo é analisar o grau de competitividade das exportações brasileiras de petróleo em relação à China e aos Estados Unidos, no período de 1999 a 2017. Para tal, serão utilizados os seguintes indicadores de comércio internacional: Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), Índice de Orientação Regional (IOR) e Taxa de Cobertura (TC).

Assim, o presente estudo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. Na seção dois, tem-se o referencial teórico; na seção seguinte, é desenvolvida uma análise do mercado internacional do petróleo. Na quarta seção, são descritos os procedimentos metodológicos que conduziram esta pesquisa; na quinta, são analisados e expostos os resultados encontrados

neste estudo; e, por fim, na seção seis, são realizadas as conclusões do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Na segunda metade do século XVIII, originou-se a primeira teoria de comércio internacional. Adam Smith, em 1776, lançou a publicação “A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas”. Nesta obra, Smith analisou o efeito da produtividade do trabalho no aumento da riqueza das nações. Para ele, quanto maior a produtividade de uma nação, maior seria a sua riqueza; portanto, uma nação que produz mais também realiza mais trocas em sua economia, o que geraria riqueza para a nação. No entanto, a possibilidade de comércio dentro de um país é limitada, ou seja, chega um momento em que a oferta ultrapassa a demanda, e, para contornar esse empecilho, Smith defende o comércio internacional (BRUM; HECK, 2005).

Buscando aperfeiçoar a teoria de Smith, Ricardo desenvolveu a Teoria das Vantagens Comparativas, a qual tinha como pressuposto que cada país deveria se especializar na produção do bem que pudesse vir a produzir de maneira relativamente mais eficaz que a outra nação envolvida no comércio. Assim, nem sempre é necessário que um país obtenha excedentes de comércio exterior para que as trocas comerciais internacionais sejam vantajosas (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

Em 1933, os economistas suecos Eli Heckscher e Bertil Ohlin desenvolveram a Teoria das Proporções dos Fatores. A ideia central desta teoria é a de que o comércio internacional é explicado pelos diferentes níveis de estoques relativos dos distintos fatores de produção entre

os países, que influem nos custos de produção dos bens. Portanto, conforme Hidalgo (1998), os países se especializam na produção dos bens que utilizam fatores de produção com abundância relativa, exportando esses bens e importando outros cujos fatores produtivos intensivos sejam relativamente escassos em seu território.

Ao prosseguir no desenvolvimento das teorias de comércio internacional, Porter (1989), defendeu a necessidade de se analisar, além da vantagem comparativa, a vantagem competitiva das nações, baseada no conceito de competição por mercados segmentados, diferenciação de produtos e grau tecnológico e economias de escala distintas.

3. ANÁLISE DO MERCADO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO

Embora o petróleo seja conhecido há milhares de anos, a pesquisa desta *commodity* para fins de utilização em bases industriais e comerciais foi iniciada na metade do século XIX. O marco inicial foi em 1859, com a perfuração de um poço no estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, do qual fluiu petróleo de boa qualidade e de fácil destilação (LUCCHESI, 1998).

De acordo com Maxir (2016), no decorrer dos anos, a exploração deste combustível fóssil causou mudanças geopolíticas e socioeconômicas em muitos países que o possuíam, além de disputas por territórios. Entre 1850 e 1950, houve a internacionalização do mercado petrolífero e sua dominação pelo cartel das *sete irmãs* – apelido dado às sete maiores companhias de petróleo transnacionais.

Nas décadas de 1960 e 1970, a economia mundial estava dependente do petróleo, o que fez com que os demais países produtores desta *commodity* se organizassem e rompessem com o cartel das *sete irmãs*; foi criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), constituída por Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque e Venezuela – hoje formada por outros países (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2012).

Em 1973, ocorreu o primeiro choque do petróleo, o qual, conforme Rocha (2010), deu-se a partir da percepção do Oriente Médio acerca da finitude deste bem não renovável. Assim, os maiores produtores mundiais diminuíram a sua oferta, o que elevou em 300% o preço do barril de petróleo, passando de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em um período de três meses.

Entre 1975 e 1980, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas – FGV (2012), as empresas petrolíferas internacionais passaram a buscar petróleo em regiões promissoras, não submetidas à OPEP, que exigiam tecnologia sofisticada a custos mais elevados, levando à descoberta de recursos no Mar do Norte, Golfo do México, Nigéria e Sibéria.

Entre 1981 e 1986, através da ação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), novos padrões de consumo de energia começaram a se desenvolver, reduzindo a demanda por petróleo (FGV, 2012). Aliado a isto, houve o estabelecimento de cotas de produção para os países da OPEP, que, no entanto, não foram seguidas pela maioria dos países participantes. Neste sentido, a Arábia Saudita, que até então respeitava o acordo, ofereceu petróleo em grande excesso em 1986, desencadeando a queda dos

preços do petróleo, fato conhecido como contrachoque do petróleo (MAXIR, 2016).

De 2003 a 2008, houve falta de oferta adicional de petróleo pelos países Não OPEP e pela não ativação da capacidade de produção excedente dos OPEP, especialmente da Arábia Saudita. Isto culminou no forte aumento dos preços da *commodity*, já que a demanda do período chegou a se expandir no nível de 6 milhões de barris/dia (FGV, 2012). Em contrapartida, a Crise Financeira Global de 2008 desestimulou o mercado desta *commodity*, fazendo seus preços caírem concomitantemente. Posteriormente, houve uma lenta recuperação dos preços, interrompida pelo vazamento de petróleo do Golfo do México, em 2010, que retomou o debate acerca de questões ambientais (FGV, 2012).

No que se refere à produção e comercialização atual de petróleo, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP, 2017), os países Venezuela, Arábia Saudita, Canadá, Irã, Iraque, Rússia, Kuwait, e Emirados Árabes Unidos são os que possuem as maiores reservas de petróleo. Os Estados Unidos e a China se destacaram, em 2016, como os maiores consumidores de petróleo no mundo e, também, por apresentarem a maior capacidade total efetiva de refino.

4. METODOLOGIA

4.1 Indicadores de Competitividade

A metodologia adotada neste estudo para analisar a competitividade do mercado exportador brasileiro de petróleo para os Estados Unidos e a China baseia-se no cálculo de indicadores de competitividade aplicados ao

comércio internacional. São eles: o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), o Índice de Orientação Regional (IOR) e a Taxa de Cobertura (TC).

Em um primeiro momento, foi utilizado o IVCR. Este indicador foi enunciado por Balassa e Noland (1989), baseado na lei das vantagens relativas, formulada por Ricardo, sendo utilizado em vários trabalhos, tais como: Coronel et al. (2009) e Copetti e Coronel (2019). Nesta perspectiva, o IVCR é uma medida de comparação da participação das exportações de um produto específico com as exportações totais do país, indicando se o país possui uma posição forte (vantagem comparativa) no setor analisado (BALASSA; NOLAND, 1989). Assim, o IVCR é definido pela Equação 1.

$$IVCR = \frac{\frac{X_k^{país}}{X_T^{país}}}{\frac{X_k^{mundo}}{X_T^{mundo}}} \quad (1)$$

Em que:

IVCR = Índice de Vantagem Comparativa Revelada do país;

$X_k^{país}$ = exportações do bem k do país;

$X_T^{país}$ = exportações totais do país;

X_k^{mundo} = exportações mundiais do bem k ; e

X_T^{mundo} = exportações totais do mundo.

Se o resultado do IVCR for superior a 1, o Brasil possui vantagem comparativa revelada para as exportações do petróleo, ou seja, o país se encontra relativamente especializado na exportação desse bem, e quanto mais alto o IVCR, maior será a vantagem comparativa. No entanto, se o IVCR for inferior a 1, o Brasil possui desvantagem comparativa revelada para a exportação do petróleo.

Em um segundo momento, utilizou-se o Índice de Orientação Regional (IOR), proposto por Yeats (1997), conforme Equação 2.

$$IOR = \frac{\frac{X_{rj}}{X_{tr}}}{\frac{X_{oj}}{X_{to}}} \quad (2)$$

Em que:

X_{rj} = valor das exportações do país do produto j ;

X_{tr} = valor total das exportações do país intrabloco;

X_{oj} = valor das exportações do país do produto j extrabloco;

X_{to} = valor total das exportações do país extrabloco; e

j = produto.

O IOR se situa num intervalo entre zero e infinito e, quanto mais próximo da unidade, maiores são as exportações para a região em questão. Se o IOR apresentar valores crescentes em um período de tempo, a tendência é aumentar as exportações para essa região e, em situação inversa, a tendência é exportar para fora da região analisada.

Por fim, foi calculada a Taxa de Cobertura das importações (TC), conforme Equação 3. Segundo Gutman e Miotti (1996), o cálculo da TC permite determinar os pontos fortes e fracos na especialização de uma economia, destacando aquilo que pode ser considerado como uma vantagem.

$$TC_{ij} = \frac{X_{ij} / M_{ij}}{X_i / M_i} \quad (3)$$

Em que:

X_{ij} = exportações do produto i do país j ;

M_{ij} = importações do produto i do país j ;

X_i = exportações do produto i ; e,

M_i = importações do produto i .

4.2 Fonte de dados e período de análise

Os dados foram coletados no portal do MDIC, do Banco Mundial (2018) e do

Observatório da Complexidade Econômica (*The Observatory of Economic Complexity – OEC*, 2018).

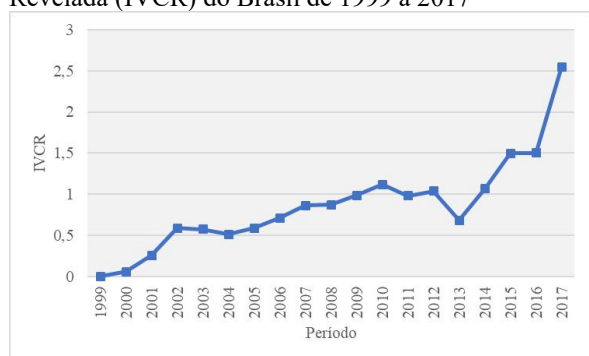
A escolha do período de análise (1999 a 2017) deu-se em virtude das mudanças econômicas ocorridas no Brasil, no final da década de 1990, ou seja, a introdução do sistema de metas de inflação, regime de câmbio flutuante e regime fiscal, e o ano de 2017 devido à disponibilidade de dados até o momento da realização deste estudo.

5 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

5.1 Análise do Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR)

Os resultados do IVCR são apresentados na Figura 1.

Figura 1 – Índice de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) do Brasil de 1999 a 2017



Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Observa-se, a partir da Figura 1, que no período de 1999 a 2008 (com exceção do ano de 2003), o IVCR foi crescente, apontando, no geral, que houve acréscimos no indicador durante o período. Entretanto, o petróleo brasileiro manifestou desvantagem comparativa revelada

durante todo este período, com um IVCR inferior a 1.

Conforme Campos (2010), no ano de 2009, as exportações de petróleo foram afetadas pela crise do subprime (crise financeira desencadeada pela queda do índice Dow Jones devido à concessão de empréstimos hipotecários de alto risco). Com a recuperação da economia mundial, as exportações brasileiras voltaram a crescer após 2010. Moller e Vital (2013) apontam que o crescimento dos valores das *commodities* petróleo, carne bovina, minérios de ferro e carne de frango em 2010/11 foi tão expressivo que a queda, em 2009, foi superada. Enfim, neste ano, o IVCR ultrapassou a unidade, demonstrando a competitividade internacional do petróleo brasileiro.

Esta vantagem comparativa apresentada pelo país teve uma ruptura no ano de 2013, quando os valores das exportações de petróleo brasileiro diminuíram 36,19%. Isto está relacionado ao decréscimo da produção interna da *commodity*, que foi 2% menor que a do ano anterior. Além disso, as relações entre Brasil e Argentina se desestabilizaram e os fortes investimentos brasileiros no país vizinho recuaram. Quando da reestatização da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), a companhia petrolífera argentina, em 2012, a Petrobras recusou-se a estabelecer uma parceria solicitada e necessária para consolidar a empresa, fazendo com que grandes grupos empresariais brasileiros reconsiderassem seus projetos no país (CERVO; LESSA, 2014).

Por fim, cabe ressaltar que o forte salto do índice após 2013, principalmente em 2015, está atrelado, conforme a ANP (2017), à forte elevação da produção no pré-sal. Assim, segundo

a ANP (2018), em 2017, o Brasil atingiu a 10ª posição, após o acréscimo de 4,8% no volume de óleo produzido, totalizando 2,7 milhões de barris/dia (3% do total mundial).

5.2 Análise do Índice de Orientação Regional (IOR)

Os resultados do IOR são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Índice de Orientação Regional de petróleo exportado para os Estados Unidos e China de 1999 a 2017¹

Anos	IOR EUA	IOR China
2000	0,90	14,69
2001	0,11	1,73
2002	0,36	-
2003	0,65	0,16
2004	0,62	1,52
2005	0,83	2,44
2006	1,81	2,12
2007	2,91	1,45
2008	2,86	1,56
2009	2,98	1,05
2010	2,83	1,79
2011	3,24	1,39
2012	3,04	1,53
2013	3,21	1,93
2014	1,92	1,22
2015	1,34	2,36
2016	0,87	2,71
2017	1,33	2,84

Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Verifica-se, por meio da Tabela 1, que o IOR para os EUA apresentou períodos de crescimento e decréscimo, desde o valor de 0,11 em 2001, até 3,24 em 2011, ano em que obteve maior demanda por esta *commodity*.

Os Estados Unidos são, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores (2016), o quarto maior produtor mundial de petróleo.

Contudo, cerca de 46% do petróleo consumido pelo país é importado. O Brasil vem diminuindo o déficit na conta petróleo com o Estados Unidos devido à queda das cotações do produto e seus derivados, embora, a partir de 2014, houve um impacto negativo da taxa de câmbio sobre este comércio bilateral.

No que se refere ao IOR para a China dentre todo o período de análise, foi no ano de 2000 que a China apresentou seu maior valor (IOR de 14,69), o que, segundo Pautasso e Oliveira (2008), deve-se ao início da diminuição das reservas petrolíferas da China em 2000-2001, quando o país se tornou mais agressivo na sua busca pelo produto estrangeiro. Contudo, em 2001, o valor encontrado para o IOR caiu para 1,73 e, ainda, em 2003, passou para 0,16, diminuindo consideravelmente a demanda do país pelo petróleo brasileiro, embora, neste mesmo ano, a China tenha ultrapassado o Japão e se tornado o segundo maior consumidor mundial de petróleo.

Ainda de acordo com Pautasso e Oliveira (2008), a produção chinesa da *commodity*, entre 2003 e 2006, aumentou consideravelmente menos que seu consumo, cujo resultado foi um crescimento abrupto das importações chinesas, representando 35% do consumo nacional em 2003 e ultrapassando 50%, em 2006, o que ocasionou o aumento do valor do IOR neste período. Posteriormente, o índice diminuiu levemente, mas se manteve acima da unidade, apresentando valores entre 1,04 (2009) e 2,85 (2017).

Nesse sentido, esses resultados indicam que existe orientação regional do petróleo brasileiro para os Estados Unidos, bem como para a China, sendo que o segundo país vem se

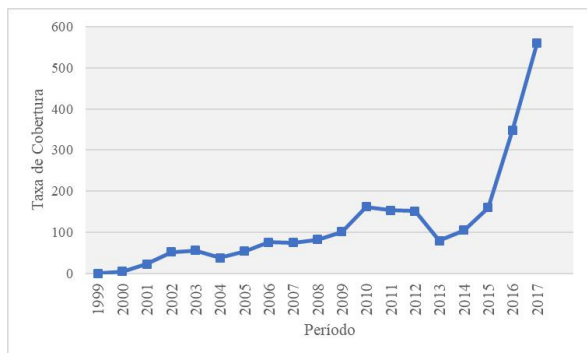
¹ IOR ausente no ano de 1999 para China e EUA e no ano de 2002 para a China se dá pela ausência dos dados de valores de exportação de petróleo dos países naqueles anos.

destacando em relação ao segundo nos últimos anos de análise.

5.3 Análise do Índice da Taxa de Cobertura (TC)

Os resultados da TC são apresentados na Figura 2.

Figura 2 - Taxa de Cobertura do comércio de petróleo brasileiro de 1999 a 2017



Fonte: Elaborada pelos autores (2019)

Conforme a Figura 2, os resultados do indicador da Taxa de Cobertura (TC) apontam que o petróleo brasileiro apresentou TC maior que 1 ao longo do período analisado, com exceção de 1999, no qual o indicador teve o valor de 0,06, refletindo os impactos dos problemas cambiais brasileiros (KANNEBLEY JÚNIOR, 2002).

As exportações brasileiras de petróleo apresentaram uma tendência de crescimento entre 2000 e 2012. Em 2000, essa parcela era de 1,64%, passando para 10,68% em 2012. Verifica-se que não só a descoberta do pré-sal, em 2006, e os maiores investimentos na exploração de poços e produção aumentaram as exportações brasileiras; além desta descoberta, também o aumento do preço internacional do petróleo contribuiu para a evolução das exportações do produto. Entre 2000 e 2012, as exportações de petróleo aumentaram cerca de 2.760%, com

declive apenas em 2009 devido à crise mundial. Em 2012, o valor exportado atingiu US\$ 26 bilhões (MARTINS; VERÍSSIMO, 2013).

De acordo com a ANP (2017), em 2016, o Brasil reduziu sua necessidade de importação de petróleo em 44,9%, para a média de 178,6 mil barris/dia, enquanto que as exportações alcançaram o maior valor da série histórica, 798,2 mil barris/dia, aumento anual de 8,3%. E, em 2017, observou-se que o Brasil reduziu ainda mais sua necessidade de importação de petróleo em 16,4%, para 54,5 milhões de barris de petróleo, que correspondeu a um decréscimo de 10,7 milhões de barris. O aumento da produção nacional de petróleo e a redução do processamento das refinarias para a produção de derivados contribuem para explicar essa queda. Isso confirma os resultados encontrados para o indicador da Taxa de Cobertura em 2017, o qual apresentou o maior valor de toda a série histórica.

Dessa forma, ao comparar o desempenho do petróleo na pauta comercial brasileira, verifica-se uma especialização das exportações brasileiras em petróleo e uma pequena diminuição na dependência do país em relação às importações do produto.

6. CONCLUSÕES

Este trabalho objetivou analisar o grau de competitividade do petróleo brasileiro, e, para tal, utilizou o Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR), o Índice de Orientação Regional (IOR) e a Taxa de Cobertura (TC).

Em relação ao IVCR, observa-se que o Brasil mostrou uma crescente competitividade do petróleo, com destaque para os últimos anos de

análise, tendo em vista que, a partir de 2010, o país começou a apresentar vantagem comparativa na exportação do produto.

Acerca do IOR, os Estados Unidos e a China figuram como principais mercados importadores de petróleo do Brasil, sendo que o segundo país vem se destacando em relação ao primeiro.

Já no que se refere à TC, este indicador apresentou valor superior a 1 praticamente todo o período de análise, demonstrando cobertura das exportações de petróleo brasileiro em relação ao volume importado.

Como limitações do presente trabalho, têm-se que os índices utilizados são estáticos, ou seja, permitem a análise em períodos de tempos específicos, não compreendendo diversas alterações econômicas. Neste sentido, fazem-se pertinentes outras análises, utilizando modelos econométricos, modelos de Equilíbrio Geral Computável e de Alocação Espacial, que apontem os ganhos que o Brasil poderá ter na perspectiva de alterações nas políticas de comércio internacional dos principais mercados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP.

Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2017. Rio de Janeiro, RJ, 2017, 263 p. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/3819-anuario-estatistico-2017>. Acesso em: 20 set. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP.

Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2018. Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2018>. Acesso em: 20 set. 2018.

BALASSA, B.; NOLAND, M. Revealed Comparative Advantage in Japan and the United States. **Journal of International Economic**, v. 4, n. 2, p. 8-22, 1989.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: 17 set. 2018.

BRUM, A. L.; HECK, C. R. **Economia internacional: uma síntese da análise teórica.** Ijuí: Unijuí, 2005.

CAMPOS, C. F. de. **A crise do Subprime e seus efeitos sobre os Estados Unidos e reflexos no Brasil.** 2010. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo.

CERVO, A. L.; LESSA, A. C. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, p. 133-151, 2014.

COPETTI, L.S. ; CORONEL, D. A. . Análise da competitividade das exportações brasileiras de algodão. **RACRE (CREUPI)**, v. 19, p. 70-87, 2019.

CORONEL, D. A. et al.. Análise da competitividade das exportações do complexo soja brasileiro de 1995 a 2006: uma abordagem de market-share. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 13, p. 281-308, 2009.

FLIGENSPAN, F. B.; CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C.; LIMA, M. G. de. As exportações do Brasil nos anos 2000: evolução, *market share* e padrões de especialização a partir de distintas agregações setoriais. **Indicadores econômicos FEE**, v. 42, n. 2, 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. **O mercado do petróleo: oferta, refino e preço.** Rio de Janeiro, RJ, ano 05, n. 15, 69 p., abr. 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9816/Petroleo.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

GUTMAN, G. E.; MIOTTI, L. Exportaciones agroindustriales de américa latina y el Caribe: especialización, competitividad y oportunidades comerciales en los mercados de la OCDE.

CEPAL, 1996. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/113>

62/30670/S9680701_es.pdf?sequence=1&isAllo wed=y. Acesso em: 17 set. 2018.

HIDALGO, A. B. Especialização e competitividade do Nordeste brasileiro no mercado internacional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, p. 491-414, jul./set. 1998.

KANNEBLEY JÚNIOR, S. Desempenho exportador brasileiro recente e taxa de câmbio real: uma análise setorial. **Revista Brasileira de Economia**, v. 56, n. 3, 2002.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**. 6. ed. São Paulo: Pearson. Addison Wesley, 2005.

LUCCHESI, C. F. Petróleo. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 17-40, maio/ago. 1998.

MARTINS, R. M.; VERÍSSIMO, M. P. Exportações brasileiras de petróleo e a especialização da economia em bens intensivos em recursos naturais no período 2000-2012. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 115-130, jul./dez. 2013.

MAXIR, H. S. O mercado internacional de petróleo: a influência da OPEP e o poder de mercado. 2016, 146 p. **Dissertação** (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2016.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. **Como exportar**: Estados Unidos da América. Brasília, 2016, 210 p. Disponível em: <https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/CEXEstadosUnidos.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. **Base de dados do Comércio Exterior Brasileiro**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/base-de-dados-do-comercio-exterior-brasileiro-arquivos-para-download>. Acesso em: 17 set. 2018.

MOLLER, H. D.; VITAL, T. Os impactos da crise financeira global 2008/09 e na crise na área de euro desde 2010 sobre a balança comercial brasileira. **Revista de Administração**,

Contabilidade e Economia da Fundace, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 1-19, ago. 2013.

PAUTASSO, D.; OLIVEIRA, L. K. A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 361-398, maio/ago. 2008.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ROCHA, L. R. M. O processo de internacionalização para o Brasil – estratégias aplicadas às empresas da indústria de petróleo e gás. **Revista Gestão Organizacional**, Santa Catarina, v. 3, n. 2, p. 197-208, jul./dez. 2010.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY – OEC. Disponível em: <https://atlas.media.mit.edu/en/>. Acesso em: 17 set. 2018.

YEATS, A. Does Mercosur's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements? **Policy Research Working Paper**, Washington, n. 1729, p. 1-33, Feb. 1997.

Laís Viera Trevisan

Mestra em Gestão de Organizações Públicas (PPGOP) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Assistente em Administração na UFSM.

Alison Geovani Schwingel Franck

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Francine Vanessa Ziani

Economista pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Johannes Schwerter

Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Bolsista de Iniciação Científica (FAPERGS/CNPq).

Daniel Arruda Coronel

Professor Associado dos Programas de Pós-Graduação Gestão de Organizações Públicas (PPGOP), do de Agronegócios e do de Economia e Desenvolvimento (PPGED) da Universidade Federal

de Santa Maria (UFSM), Diretor da Editora da UFSM e Bolsista de Produtividade do CNPq.
